

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.909 RIO GRANDE DO NORTE**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DIAS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>

**DECISÃO:**

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, assim ementado:

“DIREITO CONSTITUCIONAL. PROFESSOR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. TERÇO DE FÉRIAS. PRETENSÃO PARA RECEBIMENTO PELO PERÍODO DE QUARENTA E CINCO DIAS. FÉRIAS DE TRINTA DIAS CONFORME PREVISÃO EXPRESSA NO *CAPUT* DO ART. 52 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 322/2006. ACRÉSCIMO DE QUINZE DIAS QUE SE REFERE AO RECESSO ESCOLAR. IMPOSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO COMO PERÍODO DE FÉRIAS EM FACE DA POSSIBILIDADE DE CONVOCAÇÃO PARA O TRABALHO. RECESSO ESCOLAR EM QUE O PROFESSOR FICA À DISPOSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO. SENTENÇA MANTIDA. APÉLO CONHECIDO E DESPROVIDO.”

O recurso não merece acolhida, tendo em vista que a resolução da controvérsia demandaria a análise da legislação infraconstitucional aplicável ao caso, o que inviabiliza o processamento do presente recurso extraordinário. Nessa linha, vejam-se: ARE 874.716, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Cármen Lúcia; e AREs 883.701 e 890.035, Rel. Min. Luiz Fux.

Ademais, não restou configurada a afronta ao art. 97 da CF, nem à

**ARE 919909 / RN**

Súmula Vinculante 10, uma vez que o Tribunal de origem não declarou a inconstitucionalidade de norma legal, tendo-se limitado a interpretar as disposições legais aplicáveis à espécie.

A parte recorrente não indicou a razão pela qual caberia o recurso extraordinário pela alínea *b* do dispositivo constitucional autorizador. Hipótese que atrai a incidência da Súmula 284/STF.

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, conheço do agravo e nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator